

Salazar e Duarte Pacheco não ouviam a mesma música - um episódio quase anedótico com o ministro Duarte Pacheco

José Carlos Vilhena Mesquita

O período histórico vulgarmente designado por «Estado Novo», corresponde, grosso modo, ao consulado político do Prof. Oliveira Salazar, que como estadista foi uma das figuras mais marcantes da nossa História. Apesar de ter conduzido os destinos do país em regime ditatorial durante mais de quarenta anos, a verdade é que ao longo desse longo período conseguiu equilibrar as finanças públicas e evitar que o país entrasse na II Guerra Mundial, para além de ter conservado intacto um vasto império colonial, que se estendia da Europa à Oceânia. Como era um homem íntegro e estruturalmente honesto, tanto os políticos como os cidadãos em geral, não tinham outra alternativa senão imitarem-lhe os procedimentos e atitudes. Daí que os portugueses se tornassem, por necessidade e obrigação, extremamente frugais e poupados, adquirissem uma mentalidade conservadora, rústica, temente a Deus e desconfiada de tudo o que fosse novo, inovador e estranho ao carácter nacional. Salazar era tipicamente um rural emigrado para a cidade, escolarizado num seminário católico e intelectualizado numa universidade muito conservadora, onde o espírito provinciano competia acesamente com as novas ideias políticas que acabavam de invadir a lusa Atenas no princípio do século passado. Coimbra era um vulcão de ideias, em cuja lava se caldeavam ideários republicanos, socialistas e anarquistas, a que se opunham, com a veemência possível, os monárquicos e católicos conservadores. Era neste último grupo

Salazar e o seu íntimo amigo Gonçalves Cerejeira, nomeado Arcebispo de Mitilene em 23-3-1928.

Oliveira Salazar, que se distinguira como um aluno austero, rigoroso, frio, parcimonioso e moderado.



Os seus colegas auguravam-lhe um futuro bastante promissor, cujo fadário, porém, não parecia ser aquele que, efetivamente, veio a ter. Lente da Universidade seria o mais previsível, com as terras da Beira, ali ao lado, a oxigenarem-lhe os pulmões pouco recetivos aos ares da cidade cosmopolita. Mas o destino reservou-lhe outros caminhos e outras exigências, mais consentâneas com as suas aptidões morais e científicas. A ditadura militar foi buscá-lo ao remanso da universidade, fê-lo ministro das Finanças e deu-lhe a aura, que nunca perdeu, de homem honesto e de boas contas. Mas quando a crise americana de 1929 assolou a Europa deu origem à chamada “terceira via”, isto é, ao surgimento dos regimes nazi-fascistas e aos nacionalismos autoritários, nos quais se incluiu o nosso país. As contas públicas estavam equilibradas quando a crise bolsista e dos mercados financeiros chegou a Portugal. Salazar tornou-se primeiro-ministro, transformou a ditadura militar em ditadura civil e criou o seu próprio regime: o «Estado Novo» cujo sistema político – o corporativismo – era uma imitação mais suave do fascismo italiano. Para dominar, sem restrições, o aparelho de estado e as organizações sociais, a educação e os sindicatos, inventou a «União Nacional», que mais não era do que um partido nacional e único.



Salazar em 1918, lente de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra

O país foi sendo cada vez mais controlado, moldando-se às exigências e à mentalidade do Chefe. O povo tolerou-lhe as teimosias e perdoou-lhe os excessos da PIDE durante quase meio século. O espírito austero e poupado de Salazar influenciou profundamente a maneira de ser dos próprios portugueses. Vivíamos praticamente numa autossustentabilidade económica, com base na exploração rural dos campos e na proletarização industrial, controlando a educação básica e instruindo apenas uma minoria que tomaria a seu cargo os destinos da nação. O país afirmava-se pobre e vivia como pobre, cerceando aspirações individuais, nivelando por baixo a distinção, o talento e o génio, restringindo as ambições coletivas e proibindo qualquer manifestação de liberdade que pusesse em causa a autoridade do Chefe.

Salazar tinha, em suma, a mentalidade de um feitor de quinta. Preferia não fazer nada, do que arriscar fazer o que depois não pudesse controlar. O

progresso e a distribuição da riqueza poderiam descambar no descontrolo político de uma nação que se pretendia conservar na ignorância da modernidade cultural, económica e ideológica que vinha soprando da Europa do Norte e do Centro. A democracia, para Salazar, era sinónimo de anarquia, porque viabilizaria o retorno



Estação ferroviária de Hendaya, em 1940, Hitler encontra-se com Franco

dos partidos políticos, facilitaria a divisão da nação em grupos e interesses financeiros, assim como abriria as portas à descolonização e desagregação do império colonial. E isso para Salazar seria o mesmo que perder a independência nacional, porque em seu entender sem o império o país ficaria à mercê da integração territorial na vizinha Espanha. Tudo isto porque Salazar sabia que eram, e sempre foram, essas as pretensões do “generalíssimo” Francisco Franco, cuja

tese apresentada na Academia Militar para a obtenção do generalato, consistia um plano de invasão de Portugal. Mas, em Outubro de 1940, o ditador espanhol voltaria a sustentar a pretensão de invadir Portugal, reunindo-se para o efeito com Hitler, na cidade fronteiriça de Hendaya.¹

Foi por causa da chamada «Guerra Fria», do equilíbrio geoestratégico no mediterrâneo e na Europa do Sul, que a ditadura de Salazar se manteve e se prolongou durante quase meio século, sob o beneplácito da Grã-Bretanha e, circunstancialmente, dos Estados Unidos. O próprio John Keynes, famoso economista



Os ditadores saudando as tropas nazis

¹ A 23 de Outubro de 1940, após a queda da França, Hitler encontrou-se em Hendaya com o ditador espanhol Francisco Franco, para prepararam um plano de ataque conjunto a Gibraltar e a Portugal. Assim, a Espanha aceitaria quebrar o pacto de não-beligerância e entrar oficialmente na guerra ao lado dos nazis. Em troca os espanhóis exigiam a anexação de Portugal e a integração colonial de Gibraltar, o Marrocos francês, parte da Argélia, a ampliação da Guiné espanhola e a ilha de Fernando Pó. As intenções de Franco amputariam muito significativamente as possessões coloniais francesas. Hitler achou o plano demasiado ambicioso para a importância do apoio militar que iria receber de Franco. A única vantagem seria fechar os portos de Portugal e privar a Grã-Bretanha do seu mais antigo aliado, o que obrigaria os ingleses a terem que dispersar o seu esforço de guerra pela Península Ibérica. Mas, por outro lado, Hitler receou com isso ofender o colaboracionismo do governo francês do marechal Pétain, e ter que reforçar a sua ocupação militar em França, o que significaria um esforço acrescido para os seus planos futuros de guerra, nomeadamente o da previsível invasão da Rússia. A intenção de Franco era levar a cabo um ataque surpresa, com um exército de 250 mil homens, sobre as fronteiras portuguesas do interior norte e do sul, coordenado com uma ofensiva hispano-germânica sobre Gibraltar (operação Félix).

britânico, criador das teorias macroeconómicas do moderno pensamento económico (em oposição às ideias neoclássicas dos mercados) a que chamaram “escola keynesiana”, defendia a necessidade de manter a ditadura salazarista e o império lusitano, para impedir a contaminação comunista na Europa do sul e no mediterrâneo. Embora a política económica de Salazar estivesse muito longe das ideias de Keynes, o certo é que a estabilidade e o pacifismo político da ditadura lusa convinham sobremaneira aos interesses dos EUA, da GB e da própria NATO.

Apesar de Salazar ser um ultraconservador, antidemocrata e antipartidário, de espírito rural, atreito a modernismos e inovações reformistas, teve no seio do seu primeiro governo uma figura de marcante iniciativa, contagiante ativismo,



Inauguração monumento Marquês de Pombal em Lisboa, em 13-5-1934, Duarte Pacheco Min. Obras Públicas

destacado empreendedorismo e de fulgurante reputação, que foi o Eng.º Duarte Pacheco. Não foi um convicto partidário do corporativismo salazarista, até porque nas manifestações oficiais e públicas, em que intervinha, não fazia a saudação fascista nem evidenciava o júbilo esfuziante, quase

fanático, dos outros ministros e acólitos do «Estado Novo». Inclino-me a aceitar que Duarte Pacheco nunca foi um fascista, na verdadeira asserção do termo, mas já não tenha dúvidas quanto às suas convicções nacionalistas. Todavia, essa é uma questão que não vale a pena discutir aqui nem agora.

Por certo, e sem controvérsia, é o facto do Eng.º Duarte Pacheco ter sido um dos ministros mais queridos e admirados por Salazar. Embora as mentalidades de ambos fossem, na minha opinião, diametralmente opostas, é indubitável que o dinâmico e empenhado ministro das Obras Públicas conseguia convencer sempre o Dr. Salazar a abrir os cordões à bolsa e aprovar os seus projetos de fomento nacional. Convencia-o sob o pretexto de que o investimento inicial acabaria por se pagar a si próprio, mercê dos proventos colaterais (leia-se fiscais)



Duarte Pacheco, Rua de Stº António em Faro, 13-6-1940, inauguração da Exposição dos Centenários

suscitados pelo progresso e evolução dos tempos. A tática usada era simples. Quando Duarte Pacheco decidia construir um equipamento âncora, isto é, um hospital, uma escola ou até mesmo uma avenida, tratava logo de mandar expropriar todos os terrenos circundantes, de forma a canalizar as novas

construções para as renovadas áreas de expansão da cidade, cujos únicos espaços de edificação disponível acabara de espoliar aos seus antigos donos pelo valor matricial, o que em vernáculo significa dizer por uma bagatela. Os lucros obtidos com a venda dos terrenos, acrescida da tributação fiscal aduzida colateralmente, acabavam por amortizar a maior parte do investimento inicial. Era com este argumento e este astuto procedimento que o Presidente do Conselho se deixava convencer, usando o dinamismo empreendedor do seu ministro das Obras Públicas para aureolar o regime do «Estado Novo» com obras de fomento para a modernidade nacional.

Por outro lado, na Europa viviam-se tempos difíceis, de escassez e privações, com as nações do eixo mergulhadas numa guerra de impiedosa destruição física, material e espiritual. Nesses tempos de barbárie, Portugal aparecia aos olhos do mundo como um oásis de paz e civilização, onde o nosso “fascismo de sacristia”, como lhe chamou Unamuno, parecia dar um exemplo de tolerância e de progresso. Salazar aproveitou a guerra para vender volfrâmio e outros minérios



Inauguração, em 23-6-1940, em Lisboa, da Exposição dos Centenários: Salazar fala com João Lumbrales, Carneiro Pacheco, e o grande obreiro da Exposição, Duarte Pacheco; à esquerda António Ferro observa com um sorriso o improvisado Conselho de Ministros

assim como cereais, víveres e provisões, para abastecimento dos exércitos beligerantes. Não teve pejo em vender para ambos os lados, abastecendo alemães e aliados, numa desenfreada promiscuidade comercial, de que resultaram avultados proventos para os cofres do Estado. Nunca como então as finanças públicas e a balança comercial estiveram tão sólidas e tão equilibradas. Lisboa era o paraíso da Europa, uma espécie de pequena Paris desocupada, com alguns refrigerios de felicidade idílica, de que foram exemplo o Estoril (para as coroas depostas) e Sintra (para os financeiros hebreus).

Foi neste ambiente de aparente sucesso, prosperidade e progresso, do “fascismo clerical” de Salazar, que o ministro Duarte Pacheco tentou convencer o Presidente do Conselho de que a cultura não era um luxo, nem uma manifestação elitista da burguesia, mas antes um

vetor de dinamização social e uma necessidade tão básica quanto vital. É claro que Salazar concordava com a ideia em abstrata, mas em concreto levantava sempre dúvidas e reticências. Tinha, porém, aquele polimento e cavalheirismo de estadista (a que alguns chamam hipocrisia), para ouvir, com uma paciência de padre confessor, os argumentos culturalistas de António Ferro (que era no assunto o mais persistente) e de Duarte Pacheco (que sendo o menos insistente era, porém, o mais convincente). Em todo o caso, Salazar mantinha a convicção de que a cultura era uma espécie de pílula dourada da despesa pública.

No âmbito do desenvolvimento e da modernização cultural, consta que Duarte Pacheco, presunha-se que a conselho de António Ferro, convidou em 1934 o maestro Pedro de Freitas Branco para criar e dirigir a Orquestra Sinfónica Nacional, que deveria fazer parte dos quadros da Emissora Nacional de Radiodifusão. O maestro Freitas Branco, convém dizê-lo, era então muito famoso em Paris pelas suas interpretações de Ravel, e tudo garantia que Portugal com o seu concurso passaria a fazer parte da Europa Cultural da Música. O difícil era fazê-lo aceitar essa delicada missão. Mas para os aliciamentos patrióticos ninguém era mais persuasivo do que Duarte Pacheco (que o digo o próprio Salazar). O maestro aceitou... Todavia, como era um cavalheiro educadíssimo, muito fino e distinto, terá respondido a Duarte Pacheco que embora aceitasse assumir essa incumbência, lamentava não poder cumpri-la integralmente por não haver no país uma sala pública para receber e acomodar uma orquestra com a quantidade de elementos necessária para realizar espetáculos de ópera. Convém dizer que o propósito de Duarte Pacheco era criar um programa anual de ópera, para que Portugal pudesse fazer parte do restringido grupo de nações cultas e modernas da Europa.

Mas a única sala digna de espetáculos dessa natureza era o Teatro de São Carlos. Aliás quando o construíram em 1793 foi para substituir o Teatro Ópera do Tejo, que ruíra com o terramoto de 1755. Porém, decorridos quase 150 anos, estava velho e degradado, a precisar de urgentes obras de remodelação, que permitissem alargar o palco e aumentar o



Alçado original da construção do Teatro de São Carlos

foyer para acomodar uma numerosa orquestra. Só assim se poderiam realizar os monumentais serões de ópera com que os serviços de Propaganda Nacional, pela mão de António Ferro, pretendiam iluminar o regime.

O ministro Duarte Pacheco, no seu espírito criativo e inovador, pensou logo na construção de um “Palácio Nacional da Música”, que fosse capaz de receber a nova Orquestra Sinfónica, e simultaneamente as companhias internacionais de ópera que percorriam o mundo inteiro. Como alternativa (numa espécie de plano B) procederia a obras de restauro no Teatro de São Carlos para albergar os espetáculos nacionais de ópera. Logicamente que um edifício novo, construído de raiz, envolvia verbas bastante consideráveis, mas sendo um equipamento cultural tinha o atrativo de poder incluir-se no plano de comemorações centenárias que se avistavam para 1940. No espaço dos seis anos que ainda distavam, as despesas de construção do Palácio da Música ou o restauro do velho Teatro de São Carlos podiam diluir-se nos orçamentos anuais do ministério das Obras Públicas.



Salazar, sorriso charmoso desdenhando da cultura

Em todo o caso havia que previamente pedir autorização a Salazar e explicar-lhe o projeto, para que o ditador concedesse o aval e assentimento, sabendo-se de antemão que era pouco afeito a coisas culturais e mais avesso ainda a despesas públicas com luxos sociais, como eram os que se incluíam no âmbito da cultura de elites. Numa reunião de conselho de ministros, o que com Salazar funcionava em absoluta restrição, isto é, em junção particular e exclusiva com o ministro, o Eng.º Duarte Pacheco apresentou a Salazar o projeto de construção do Palácio Nacional da Música com os respetivos alçados arquitetónicos, as dimensões, a capacidade do loteamento e, logicamente, as despesas previstas, que ficariam cabimentadas no orçamento do ministério para a realização das Comemorações Centenárias da Independência de Portugal.

Estava, por conseguinte, tudo previsto, idealizado e bem sustentado, como aliás era timbre em Duarte Pacheco. Só que o Dr. Salazar não achou conveniente nem urgente avançar com o projeto. Usou a sua tática do costume: em vez de discordar ou de vetar decidiu adiar. Era a forma polida e delicada para dizer que não aprovava.



Frontaria da Exposição do Mundo Português, comemoração histórica dos eventos centenários de 1140, 1640, 1940.

Mas descaiu-se em dizer que as despesas cabimentadas eram muito avultadas, e que tudo aquilo lhe parecia um exagero para as necessidades do país. Por isso, achava um investimento desnecessário para comprazer uma cultura de elites.

O ministro Duarte Pacheco foi aos arames com o argumento do “investimento desnecessário” pois parecia-lhe que o fomento da cultura não tinha preço. E por isso insistiu na utilidade do projeto e na valorização do investimento, para a modernização e projeção da imagem do país no contexto europeu. Além disso, a música era, no seu entender, o sublime alimento do espírito, tão necessário como o pão para a boca.

Salazar não gostou do argumento, e muito menos da metafórica associação da música com o pão. Achou-a desprovida de qualquer razão. Por isso lhe pediu que sopesasse bem as suas palavras, pois que a música nos termos das despesas apresentadas não seria o pão nosso de cada dia, mas antes uma espécie de «pão-de-ló das tias para as visitas do domingo». Queria referir-se ao caso muito comum das senhoras burguesas que ficaram solteiras, mas que continuando a viver desafogadamente e acima das posses comuns, eram visitadas ao domingo pelos familiares e amigos para desfrutarem de lautos lanches, nos quais as crianças comiam pão-de-ló e bebiam preciosos chás das índias. O que Salazar queria dizer é que as despesas com o Palácio da Música iriam beneficiar um público-alvo muito restrito e possidente, bastante divorciado da realidade de vida que enfrentava o povo português.

É claro que a reunião do “conselho de ministros” terminou com a rejeição do Palácio Nacional da Música, mas com a aprovação das obras de restauro do Teatro de São Carlos, o que já não foi mau.

«A Cultura é a fachada de uma Nação, é o que se vê de lá de fora», afirmara Salazar numa entrevista que dera a António Ferro, pouco tempo antes deste episódio caricato e hilariante com o seu ministro Eng.º Duarte Pacheco, o maior espírito empreendedor do «Estado Novo». Só lhe faltou acrescentar que a Cultura era um luxo dos países ricos, ilustrados, livres e democráticos, o que não era o caso de Portugal.